

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS
--

Acórdão:	18.339/09/2ª	Rito: Sumário
PTA/AI:	01.000159971-01	
Impugnação:	40.010124296-60 (Aut.), 40.010124301-45 (Coob.)	
Impugnante:	Papelaria Nova Metr�pole Ltda.(Aut.)	
	IE: 702584544.01-07	
	Fábio Oliveira Terra (Coob.)	
	CPF: 033.214.508-52	
Proc. S. Passivo:	Ricardo Rocha Viola/Outro(s)(Aut. e Coob.)	
Origem:	DF/Uberlândia	

EMENTA

MERCADORIA – SAÍDA DESACOBERTADA – DOCUMENTO EXTRA-FISCAL – SIMPLES MINAS. Constatadas saídas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, por empresa inscrita no Simples Minas, apuradas mediante confronto dos documentos extrafiscais apreendidos com os documentos emitidos pela Autuada. Procedimento considerado tecnicamente idôneo, nos termos do artigo 194, inciso I, da Parte Geral, do RICMS/02. Corretas as exigências de ICMS, Multas de Revalidação capituladas nos artigos 56, inciso II da Lei 6763/75 e 38, inciso II, alínea “a”, Anexo X, do RICMS/02 e Multa Isolada prevista no artigo 55, inciso II da citada lei. Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente autuação versa sobre a constatação de saídas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, no período de julho/03 a outubro/04, apuradas mediante confronto entre documentos extrafiscais apreendidos no estabelecimento autuado e os dados contidos em sua escrita fiscal.

Exige-se ICMS, Multas de Revalidação capituladas nos artigos 56, inciso II, da Lei 6763/75 e 38, inciso II, alínea “a”, Anexo X, do RICMS/02 e Multa Isolada capitulada no artigo 55, inciso II, da citada lei.

Inconformados, a Autuada e o Coobrigado apresentam, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação em conjunto às fls. 289 a 318, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 341 a 354.

DECISÃO

Das Preliminares

Da Nulidade do Auto de Infração

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Arguem os Impugnantes a nulidade do Auto de Infração porque, em primeiro lugar, a apreensão dos documentos narrados no AI deu-se de maneira ilegal. Questiona a falta de um AIAF - Auto de Início de Ação Fiscal -, e que, no caso, foi emitida apenas uma Ordem de Serviço - OS -, que não é instrumento capaz de autorizar o início de um levantamento fiscal. Finalmente, hostiliza o prazo para a conclusão dos trabalhos por parte da Fiscalização.

“Data venia”, não merece acolhida a preliminar arguida como se verá a seguir.

No que diz respeito à apreensão dos cadernos, foi emitido o competente “TAD” - Termo de Apreensão e Depósito -, identificando os documentos apreendidos, o local de sua apreensão e os servidores responsáveis, tudo na forma da legislação mineira, artigo 71, do RPTA/MG.

Em relação à Ordem de Serviço, razão também não assiste à defesa, pois, mesmo que não houvesse a O.S., ainda assim o feito não seria maculado, porque, a autuação em casos tais, não requer, taxativamente, que tenha “termos” precedentes.

Portanto, inviável tal arguição.

Finalmente, invoca a defesa o fato de que a Fiscalização excedeu o prazo limite para a conclusão dos trabalhos.

Posteriormente, foi emitido o Auto de Início de Ação Fiscal e, como dito pela Fiscalização, o prazo de validade do AIAF é de 90 (noventa) dias podendo ser prorrogado, conforme o caso. O fato de ter ultrapassado este prazo não traduz nulidade do AI porque a autuação não é vinculada plenamente a estes termos iniciais.

Aliás, cabe observar que a Autuada, diante destas circunstâncias, poderia ter se valido da denúncia espontânea, o que não fez, no caso vertente.

Portanto, não há nulidade no feito fiscal.

Do Pedido de Prova Pericial

O pedido de prova pericial suscitado pelos Impugnantes, a bem da verdade, não envolve questões que requeiram propriamente a produção de prova pericial, vez que os quesitos propostos têm respostas no conjunto probatório já acostado aos autos ou são irrelevantes para o deslinde da questão, não exigindo conhecimento técnico de que não seja detentor o Órgão Julgador.

Assim, o requerimento de perícia deve ser indeferido, com fundamento no artigo 142, do RPTA/MG.

Do Mérito

Conforme já relatado, versa a presente autuação sobre a constatação de saídas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, apuradas mediante do confronto de documentos extrafiscais com os dados da escrita fiscal do estabelecimento autuado, no período de julho/03 a outubro/04.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O procedimento adotado pelo Fisco, ao analisar a documentação subsidiária e fiscal da Autuada para apuração das operações realizadas, é tecnicamente idôneo e previsto no artigo 194, inciso I, Parte Geral do RICMS/02, *in verbis*:

Art. 194 - Para apuração das operações ou das prestações realizadas pelo sujeito passivo, o Fisco poderá utilizar quaisquer procedimentos tecnicamente idôneos, tais como:

I - análise da escrita comercial e fiscal e de documentos fiscais e subsidiários.

Melhor sorte não assiste à defesa, pois, objetivamente, os documentos apreendidos pelo Fisco possuem de fato caracteres de um controle paralelo, com indicação de pagamentos, períodos, destinatários dos recursos, etc.

Soma-se ainda o fato de que os documentos apreendidos pertencem à Impugnante.

Neste compasso, correto está o lançamento e o desenquadramento perpetrado, pois os documentos apreendidos fazem alusão ao período, objeto de autuação, não havendo que se falar em “retração do desenquadramento”, pois, como visto, o Fisco cotejou este controle paralelo mês a mês e confrontou, mês a mês, com a escrita regular.

Assim, tendo a Autuada ultrapassado o limite mensal de faturamento comprovado pelo Fisco, que correto o desenquadramento, não tendo cabimento a afirmativa da defesa de que só deveria ocorrer a partir do Auto de Infração.

Não há cumulação de multas no caso presente porque as sanções aplicadas, como informado pelo Fisco, são autônomas, inexistindo, assim, a referida cumulação, uma vez que a multa de revalidação é devida em razão do descumprimento da obrigação principal (não pagamento do tributo) e a multa isolada por descumprimento da obrigação acessória.

Inaplicável também a redução da multa isolada porque, o artigo 55, inciso II, alínea “a”, enumera que tal benesse está vinculada à constatação do ilícito no cotejo de documentos regulares, o que não é o caso porque o confronto deu-se também com escrita paralela.

Sobre a questão dos juros, improcedente também a tese de defesa porque, textualmente, a legislação mineira prevê os juros e a conexão adotados no Auto de Infração, notadamente o artigo 161, do CTN e 226, da Lei 6763/75.

Sobre a responsabilidade do Coobrigado, tem-se que o Sr. Fábio de Oliveira Terra contribuiu diretamente pelo ilícito praticado, pelo que, legítima a sua participação no polo passivo desta contenda.

Desta forma, resta caracterizada a infração apontada pelo Fisco, legitimando-se as exigências fiscais constituídas de ICMS, multa de revalidação e Multa Isolada, capitulada no artigo 55, inciso II, da Lei 6763/75.

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a arguição de nulidade do Auto de Infração. Também em preliminar, à unanimidade, em indeferir o pedido de perícia. No mérito,

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

também à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Caio Júlio Cezar de Sousa Rêgo (Revisor) e Edwaldo Pereira de Salles.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2009.

André Barros de Moura
Presidente

Antônio César Ribeiro
Relator

ACR/EJ

